



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 15, DE 2014

(Nº 29/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Os méritos do Senhor José Mauro da Fonseca Costa Couto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'D' e uma assinatura que parece ser 'D. Russell'.

EM Nº 00064 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 5 de fevereiro de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

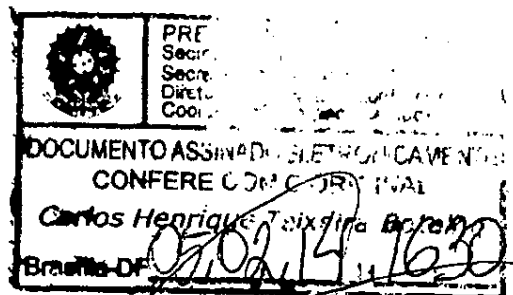
2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00064/2014 MRE



Brasília, 5 de Fevereiro de 2014

00001.000271/2014-69

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**

CPF.: 221.188.101-72

ID.: 6899 MRE

1959 Filho de Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto e Maria Lucia da Fonseca Costa Couto, nasce em 27 de maio em Assunção/Paraguai (brasileiro, de acordo com o artigo 145, inciso I, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 Mestrado em Relações Internacionais pela Boston University/EUA

1979 CPCD - IRBr

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1983 Segundo-Secretário, por merecimento

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1980 Divisão Consular, assistente

1982 Divisão do Oriente Próximo, assistente

1983 Departamento da África, assistente

1985 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário

1989 Embaixada em Montevidéu, Segundo e Primeiro-Secretário

1991 Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário

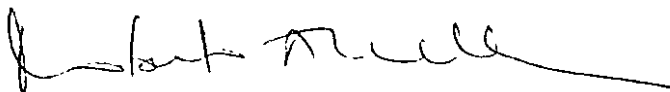
1994 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto

1996 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Subchefe

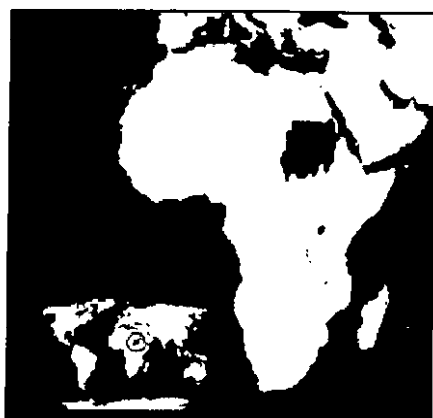
2001 Embaixada em Tóquio, Conselheiro

2003 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Gabinete, Assessor Especial

2011 Ministério da Integração Nacional, Assessor Especial

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO SUDÃO**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2014

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês (a)
CAPITAL	Cartum (5 milhões de habitantes)
ÁREA (Banco Mundial, 2012)	1.879.357 km ² (aproximadamente o tamanho dos Estados do Amazonas e do Tocantins somados); 3º maior país da África, perdeu 1/3 do território após a secessão do Sudão do Sul em julho de 2011.
POPULAÇÃO (FMI, 2013)	34,4 milhões.
IDIOMAS	Árabe (oficial); inglês (oficial); mais de 500 dialetos em toda a nação.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%), maioria sunita; cristianismo (1,5%), crenças africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral – Conselho dos Estados (Câmara Alta) e Assembleia Nacional (Câmara Baixa)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Omar Hassan Al-Bashir (desde 1989)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ali Ahmed Karti (desde jun/2010)
PIB NOMINAL (FMI, 2013)	US\$ 52,5 bilhões (Brasil: US\$ 2,2 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2013)	US\$ 90 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2013)	3,2% (2009); 3,5% (2010); -3,3% (2011); -10,1% (2012); 2,9 (2013)
PIB PER CAPITA (FMI, 2013)	US\$ 1.500 (Brasil: US\$ 11.000)
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2013)	US\$ 2.600 (Brasil: US\$ 12.100)
IDH	0,414/171º no ranking (Brasil: 0,730/85º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (Banco Mundial, 2011)	61,7 anos (Brasil: 73,3 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Banco Mundial, 2011)	71,9% (Brasil: 90,4%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2013)	19% (Brasil: 5,8%)
UNIDADE MONETÁRIA (Banco Mundial, 2012)	Libra Sudanesa (US\$ 1,00 = SDG 4,40)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Abd Elghani Elnaim A. Elkarim (desde 10/9/9)
EMBAIXADOR EM CARTUM	Antonio Carlos do Nascimento Pedro (desde 2/8/9)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	20 pessoas residem no país

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → SUDÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-nov)
Intercâmbio	7,99	49,13	69,41	79,89	47,07	51,14	97,38	100,54	97,30	81,92	53,50
Exportações	7,96	48,94	69,34	79,81	46,88	50,83	97,34	100,50	97,23	81,79	53,25
Importações	0,03	0,18	0,07	0,08	0,19	0,31	0,04	0,04	0,06	0,13	0,25
Saldo	7,93	48,75	69,27	79,73	46,69	50,51	97,29	100,46	97,17	81,66	53,00

PERFIS BIOGRÁFICOS**OMAR HASSAN AHMED AL-BASHIR***Presidente da República do Sudão*

Nasceu em Hosh Bannaga, em 1º de Janeiro de 1944. Militar de carreira, estudou em academia militar no Egito e lutou ao lado do exército egípcio contra Israel, em 1973. Foi Adido Militar nos Emirados Árabes e Ministro da Defesa do Sudão. Liderou a campanha militar contra o Exército Popular de Libertação do Sudão, na metade sul do país.

Esteve à frente do golpe militar de 1989, apoiado pela Frente Nacional Islâmica, que derrubou o Presidente Sadek al-Mahdi, convertendo-se em Diretor do Conselho Revolucionário para a Salvação Nacional, assumindo, simultaneamente, os postos de Chefe de Estado, Primeiro-Ministro, Chefe das Forças Armadas e Ministro da Defesa. Foi eleito em 1996 e reeleito sucessivamente desde então. Em 2000, as eleições foram boicotadas pela oposição, o que suscitou acusações de fraude eleitoral.

Em 2005, assinou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim a décadas de conflito com o Movimento/Exército Sudanês de Libertação Nacional (SPLM/A) e previu a realização do Referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.

Em 2009 e 2010, o Tribunal Penal Internacional (TPI) expediu mandados de prisão contra o Presidente Al-Bashir, sob acusação de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, que teriam sido cometidos contra a população de Darfur.

Al-Bashir foi um dos candidatos à reeleição nas eleições de 2010 no país, a primeira eleição com a participação de múltiplos partidos políticos, após décadas. Em 26 de abril, foi oficialmente declarado o vencedor, com 68% dos votos.



ALI AHMED KARTI

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 27 de outubro de 1953, em Hajar Alasal, Estado do Rio Nilo. É bacharel em Direito e pós-graduado em Administração de Empresas, ambos pela Universidade de Cartum.

De 1979 a 1998, atuou como advogado. Participou das Conferências de Diálogo Nacional, no início dos anos 1990. De 1996 a 1999, coordenou o Serviço Nacional sudanês (instituição que organiza estágios para o ingresso no serviço público). Entre 2000 e 2005, foi Vice-Ministro (State Minister) da Justiça e membro da Assembleia Nacional pelo Partido do Congresso Nacional (NCP), do qual é membro fundador. De 2005 a 2010, exerceu o cargo de Vice-Ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, antes de tornar-se o atual titular da pasta, em junho de 2010.

Sua nomeação em 2010 seria um prêmio por seu papel como comandante da milícia Força Popular de Defesa (PDF) nos anos 1990.

Esteve no Brasil, em 2008, como Enviado Especial do Presidente Al-Bashir. Voltou a visitar o Brasil em novembro de 2010, quando se reuniu com o então Chanceler Celso Amorim e outros Ministros de Estado. Manteve encontros, ainda, com o Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, e com representantes do setor privado (Vale e FIESP). Visitou o Brasil, pela terceira vez, em junho de 2013, quando manteve encontros com o Chanceler Antonio Patriota, com o Senador Cristovam Buarque, com empresários brasileiros, com o Secretário de Energia do Estado de São Paulo, José Aníbal, e com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

RELAÇÕES BILATERAIS

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, as relações passaram a adquirir maior relevância somente a partir de 2003, em decorrência da prioridade atribuída pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva à ampliação dos vínculos com os países africanos e árabes. Os longos conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram entrave ao relacionamento bilateral. Nesse sentido, o fim do conflito, em 2005, foi importante para o atual movimento de aproximação.

Em 2004, o Sudão abriu Embaixada residente em Brasília, a primeira daquele país na América do Sul. Em 2006, o Brasil abriu, em reciprocidade ao gesto sudanês, a Embaixada em Cartum. Desde então, as relações entre Brasil e Sudão passam por processo de crescente aproximação, particularmente mais acelerado nos últimos quatro anos.

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país e para a necessária diversificação de sua matriz produtiva. Para Cartum, que convive com um cenário de relativo isolamento, o Brasil tende a ser encarado de forma semelhante a Índia, China, África do Sul e Turquia, atores relevantes no cenário internacional, que não impõem condicionalidades para o desenvolvimento do relacionamento bilateral.

O movimento de aproximação entre os dois países reflete-se na intensificação de visitas bilaterais e no intercâmbio de missões técnicas e comerciais. Em 2010, estiveram no Brasil, os Ministros da Agricultura, Abdel Halim Al Mutaqi (maio/2010), da Indústria, Awad Ahmed Al-Jaz (setembro/2010) – atual Ministro do Petróleo – e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti (novembro/2010). Durante a visita do Ministro Ali Karti, foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países, cuja primeira reunião, contudo, ainda não foi realizada.

Em janeiro de 2011, foi criado Comitê Interministerial, por iniciativa do então Ministro da Indústria do Sudão, Awad Al-Jaz (atual Ministro do Petróleo), com o objetivo de promover o aprofundamento das relações bilaterais. O Brasil é um dos poucos países com os quais Cartum possui esse tipo de mecanismo, além de China e Turquia. Presidido pelo Ministro da Indústria, o Comitê é composto, entre outros, pelos Ministros do Petróleo, da Agricultura e Irrigação e pelo Presidente da Assembleia Nacional. Entre 2012 e 2013, os três últimos estiveram no Brasil.

Em junho de 2013, o Chanceler Ali Karti voltou a visitar o Brasil. Na ocasião, foi recebido pelo então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e pelo Senador Cristovam Buarque, além de manter encontros com empresários em São Paulo e no Rio de Janeiro. Durante a visita, a autoridade sudanesa também manteve encontro com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Cooperação em Agricultura

No plano agrícola, a parceria com o Brasil é considerada estratégica para Cartum, tendo em conta o projeto do Governo do Sudão de transformar o país em uma potência agrícola africana. O Sudão poderia desempenhar relevante papel regional de fornecedor de alimentos. Vale recordar que a maior parte dos países de seu entorno regional é de

importadores líquidos de alimentos. Segundo autoridades sudanesas, o caminho para modernizar a agricultura sudanesa passaria inevitavelmente pelo Brasil, país com o qual o Sudão tem grande interesse em ampliar a cooperação nas áreas de transferência de tecnologia, pesquisa e treinamento de pessoal.

Em parceria com o setor privado brasileiro, o Sudão já realiza importantes iniciativas no setor agrícola. O país conta com bem-sucedido projeto de plantação de algodão inteiramente desenvolvido com tecnologia e expertise brasileiras. O projeto é implementado pela "Brazilian-Sudanese Agrobusiness Corporation", uma parceria dos Grupos Pinesso e Tirolez com o Governo sudanês (Ministério da Agricultura). O projeto tem-se revelado particularmente exitoso e com grande potencial de ampliação. A cotonicultura sudanesa apresentou, a partir da implantação do projeto, os maiores níveis de produtividade do continente africano (superando, inclusive, os índices brasileiros desse cultivo), e o Governo sudanês ambiciona tornar-se o principal fornecedor regional de algodão. Segundo o representante dos Grupos Pinesso e Tirolez no Sudão, após a implantação do projeto, a produtividade do cultivo de algodão decuplicou.

Diante desse resultado, o Ministério da Agricultura sudanês está aumentando a concessão de área do plantio e estendendo-a a novas culturas. Em 2013, o consórcio realizou cultivo de 10 mil hectares de algodão e 3 mil de milho. Até 2016, espera-se ampliar a área de cultivo para 80 mil hectares, com plantio de algodão, milho, feijão, soja e arroz. O Governo sudanês tenciona, ainda, estender o projeto a iniciativas de menor porte, no campo da agricultura familiar.

Os empresários brasileiros no campo agrícola são bem vistos no Sudão também por procurarem contemplar em seus projetos a perspectiva social, de inclusão das comunidades locais e de treinamento de mão-de-obra sudanesa. A mais recente visita do Ministro da Agricultura do Sudão, Al Mutaqi, ao Brasil (março/2013) – que já havia visitado o País em outras quatro ocasiões –, refletiu o desejo do Governo sudanês em aprofundar a cooperação na área agrícola e de ampliar os laços com parceiros públicos e privados brasileiros com atuação no setor.

Ainda no setor privado, ressalte-se que o grupo brasileiro Irriger já atua em parceria com o Governo e com empresas privadas sudanesas – em especial o "DAL Group" e a "Kenana Sugar Co." – na implantação de sistemas de irrigação, bem como no gerenciamento de culturas de arroz, cana-de-açúcar e na indústria alcooleira.

Vale ressaltar, ainda, que, em março de 2011, o Governo anunciou planos para a construção de 13 novas usinas de açúcar (com possível financiamento da Índia, China, Malásia, e países árabes). A construção faz parte da estratégia sudanesa de, a médio prazo, alcançar a autossuficiência na produção de açúcar e, até 2020, elevar o país ao clube dos cinco maiores exportadores mundiais, com produção anual projetada para 10 a 14 milhões de toneladas de açúcar. O plano sudanês abre espaço para exportações brasileiras de serviços e de equipamentos no setor.

Cooperação em Energia

A cooperação em energia também constitui uma das vertentes mais promissoras para o relacionamento bilateral. Em sua visita ao Brasil (novembro/2013) o Ministro do

Petróleo, Awad Al-Jaz (que havia visitado o Brasil em 2010, como Ministro da Indústria), manifestou ao Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, o interesse sudanês em incrementar a cooperação em energia, tanto para recursos energéticos renováveis quanto não-renováveis. A delegação sudanesa referiu-se ao grande potencial do Sudão no tocante à exploração de gás natural no Mar Vermelho, onde há reservas comprovadas. Em outros encontros (Banco Central; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério das Relações Exteriores), Al-Jaz expôs às autoridades brasileiras oportunidades de cooperação e negócios nas áreas de mineração (ouro, cobre e outros minerais), petróleo e gás, bioenergia, turismo e agricultura. Em agricultura e bioenergia, o interesse maior do Sudão reside em estabelecer parcerias e promover um "salto" na produção e os padrões de qualidade já existentes.

Na área do petróleo e gás, vale sublinhar que a empresa brasileira Petra Energia, em parceria com a sudanesa Sudapet, já opera quatro lotes "onshore", concedidos pelo Sudão, sendo agora a principal conveniada do Governo sudanês para esse tipo de atividade. Cumpre ressaltar, ademais, que a indústria de biocombustíveis sudanesa, iniciada em 1980, tem adquirido caráter estratégico para o quadro energético nacional após a independência do Sudão do Sul (com a secessão, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas). O Sudão tem interesse em estabelecer parcerias para obter ganhos de produção e produtividade no setor.

No campo do etanol, a "Kenana Sugar Co." (maior grupo sucroalcooleiro do Sudão, que conta com acionistas do Kuaite e da Arábia Saudita) adquiriu, em 2009, usina brasileira de produção de etanol (da empresa Dedini), o que tornou o Sudão o primeiro país de sua região a exportar etanol produzido com tecnologia brasileira (o Sudão exportou, já em 2009, 5 milhões de litros de etanol para a Europa). Em 2010, 64% do consumo energético do Sudão derivou da bioenergia. Naquele ano, o país produziu cerca de 60 milhões de litros de etanol, dos quais 15 milhões foram exportados para a Europa.

A solução da dívida

Foi aprovado, pelo Senado Federal, em 15/5/2013, o reescalonamento da dívida oficial do país com o Brasil (foram perdoados 90% da dívida total, de 44 milhões). O montante reescalonado será amortizado em 12 parcelas, que estão sendo pagas pelo Sudão com periodicidade mensal. A dívida sudanesa dificultava a obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. Com a aprovação do reescalonamento, os fluxos financeiros poderão ser mais facilmente retomados, o que deverá beneficiar o setor brasileiro de maquinário e insumos agrícolas (em particular na área de produção de cana-de-açúcar) e de usinas de etanol. Solucionada a questão da dívida, o lado sudanês deverá buscar ampliar os laços econômicos e comerciais com o Brasil. Como parte desse esforço de maior aproximação com empresas brasileiros, o Chanceler Ali Karti reuniu-se com Presidente do BNDES, em junho de 2013.

Cooperação técnica

Brasil e Sudão assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2005, vigente desde 2006.

Foi identificada, com o Sudão, a possibilidade de se implementar projeto de melhoramento de cana-de-açúcar, em parceria com o Instituto Pernambucano de Agricultura (IPA). Negociado desde 2010 e assinado em junho de 2013, entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Governo sudanês, o projeto tem por objetivo estabelecer biofábrica para a multiplicação de mudas de cana-de-açúcar no país, com capacitação de recursos humanos. A primeira atividade do projeto, uma missão de estudos ao Sudão, ocorreu no segundo semestre de 2013. O Sudão, por sua vez, está disposto a dividir experiências em matéria de irrigação para a agricultura familiar, de interesse para o Brasil, em função da possibilidade de sua aplicação para o semiárido nordestino.

Durante a visita do Governador de Cartum ao Governo do Distrito Federal, em abril de 2011, foi firmado acordo de irmanação entre as duas capitais, com a previsão de cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outros.

Cooperação eleitoral

O Sudão tem manifestado interesse em cooperação, com o Brasil, na área eleitoral. Em encontro com Embaixador brasileiro em Cartum, em abril de 2013, o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral sudanesa manifestou o desejo de cooperação para a implementação, no Sudão, de sistema eleitoral similar ao adotado no Brasil, tendo em vista a realização de eleições no país em 2015. Destaca-se como área de particular interesse, a criação de registro nacional de eleitores. Representantes da Comissão Nacional Eleitoral do Sudão deverão reunir-se com os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral, em março de 2014, para discutir os termos de eventual cooperação na área.

Relações políticas

Brasil e Sudão têm efetuado consultas políticas regularmente. Os dois países contam, desde 2006, com mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. A IV Reunião de Consultas Políticas (Cartum, dezembro/2011) contou com a presença da alta cúpula da Chancelaria sudanesa.

Durante a visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Ahmed Ibrahim El-Tahir, em novembro de 2012, foi aventada, em encontro com o Senador Cristovam Buarque, a possibilidade de criação de um "Grupo de Amigos", composto por parlamentares de ambos os países, a fim de fortalecer os laços de cooperação e amizade entre as Casas Legislativas brasileira e sudanesa. Na ocasião, Ahmed Ibrahim El-Tahir também foi recebido pelo então Chanceler Antonio Patriota.

Em âmbito bilateral e multilateral, o Brasil busca contribuir com soluções políticas para os desafios que o Sudão enfrenta. Integra, desde março de 2012, o Foro Consultivo sobre o Sudão e o Sudão do Sul, instância de coordenação internacional e apoio

às negociações de paz entre os dois países. Além disso, o Brasil contribuiu com oficiais para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e manteve seu compromisso com o processo de estabilização da região após a independência do Sudão do Sul, em 9 de julho de 2011. O país enviou sete observadores militares para integrar a recém-criada Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), e outros três integrantes da extinta UNMIS foram transferidos para a Missão híbrida das Nações Unidas e da União Africana para Darfur (UNAMID).

O Brasil também enviou observadores eleitorais aos dois últimos pleitos do Sudão, considerados decisivos no processo de implementação do Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim a mais de duas décadas de conflito entre o norte e o sul: as eleições gerais (abril/2010) e o referendo sobre o Sudão do Sul (janeiro/2011).

Cooperação Parlamentar

Desde 2012, vem-se registrando troca de visitas de representantes parlamentares dos dois países. Em novembro daquele ano, o Presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Ahmed Ibrahim El-Tahir, participou da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção, em Brasília. Nas eleições de abril de 2010, os então Deputados Federais Nilson Mourão (PT/AC) e Washington Luiz (PT/MA) representaram a Câmara dos Deputados em missão oficial a Cartum, para acompanhar as eleições nacionais no Sudão na condição de observadores. Na qualidade de convidado do Governo do Sudão e da União Africana, em novembro de 2010, o Senador Suplicy visitou Cartum e proferiu um dos discursos de abertura da II Conferência dos Ministros do Desenvolvimento Social da África.

Cooperação humanitária para o Darfur

O Governo brasileiro apoia os esforços sudaneses para o desenvolvimento de uma sociedade multicultural e multiétnica, com efetiva participação inclusiva de Darfur na política nacional.

O Brasil foi o primeiro país a responder ao apelo lançado na Conferência de Doadores para Darfur, promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês), em 2010, e, naquele ano, contribuiu com doações da ordem de um milhão de dólares para a região. Também por intermédio de organizações internacionais, o Brasil realizou doações de leite em pó e, em 2011, de 3.500 toneladas de feijão para as regiões em perigo alimentar no Darfur.

Ao participar da última Conferência Internacional de Doadores para a Reconstrução e o Desenvolvimento do Darfur (Doha, 7 e 8 de abril de 2013), o Brasil anunciou contribuição de US\$ 300 mil para a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), destinados a compras locais de alimentos em favor de refugiados e deslocados internos em Darfur, em cooperação com a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O Brasil também se mostrou disposto a avaliar eventuais demandas concretas de cooperação técnica do Governo sudanês em favor da população de Darfur.

Comércio bilateral e investimentos

O Sudão foi o 120º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,01% no comércio exterior do Brasil, em 2013. Desde 2008, o intercâmbio comercial entre os dois países oscilou bastante. Partindo de US\$ 97,4 milhões, em 2009, atingiu o ápice de US\$ 100,5 milhões, em 2010, e caiu levemente para US\$ 97,3 milhões, em 2011, até alcançar níveis mais baixos da ordem de US\$ 81,9 milhões, em 2012, e US\$ 53,9 milhões, em 2013. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período analisado. Em 2012, o superávit brasileiro atingiu US\$ 81,7 milhões, e, em 2013, o comércio Brasil-Sudão apresentou saldo de US\$ 53,4 milhões.

As exportações brasileiras para o Sudão são diversificadas, com participação de produtos semimanufaturados (açúcar), manufaturados (máquinas mecânicas) e básicos, que representaram, em 2013, 62,9%, 11% e 8,5% das vendas, respectivamente. Nas importações, os produtos básicos representaram 41,3%, com destaque para a importação de plantas, e os produtos semimanufaturados representaram 32,1%, com destaque para instrumentos de precisão.

No plano dos investimentos, a reestruturação da dívida sudanesa com o Brasil deverá ensejar investimentos de empresas brasileiras no Sudão. Sobressaem, nesse esforço, interesses do agronegócio brasileiro, que possui projetos nas áreas de algodão, soja, sorgo, milho, açúcar e etanol. A expansão dos projetos envolvendo empresas brasileiras do setor agropecuário poderá gerar forte demanda por maquinário, implementos agrícolas, fertilizantes e sementes produzidos no Brasil. Vale ressaltar que, devido à posição geográfica estratégica do Sudão (no norte da África, banhado pelo Mar Vermelho), o país poderia propiciar às empresas brasileiras que ali investirem uma plataforma de exportação para o Oriente Médio, Europa e várias regiões da África.

Assuntos Consulares

A reduzida comunidade brasileira na República do Sudão, de cerca de 20 nacionais (2012), recebe assistência consular da Embaixada em Cartum, único posto no país. O Brasil não dispõe, no Sudão, de Consulados-Honorários ou Conselho de Cidadãos brasileiros.

Não há notícia de nacionais brasileiros presos na jurisdição da Embaixada em Cartum.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Sudão.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

A história do Sudão, desde sua independência, em 1956, tem sido, em grande medida, pautada pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos explica-se pelo histórico domínio do norte do país, cuja população é predominantemente árabe e muçulmana, sobre o sul, povoado por centenas de etnias¹, com predomínio de religiões cristã e animistas.

Desde 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha passou a controlar o Egito e o Sudão, o condomínio turco-egípcio teve dificuldades de impor governo sobre a região sul do Sudão, cuja estrutura social era caracterizada por abrigar múltiplos centros tribais e imensa diversidade cultural. A integração do sul à economia egípcio-sudanesa deu-se pelo fornecimento de marfim, madeiras e, principalmente, escravos.

No decorrer do século XIX, traficantes árabes realizavam campanhas anuais de apresamento de sul-sudaneses, com grande prejuízo para a estabilidade política e prosperidade material do sul do Sudão. Essa prática gerou, historicamente, forte sentimento anti-árabe no seio da população sul-sudanesa. Por outro lado, o foco da atenção dos administradores sempre foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (a qual viabilizou o cultivo de algodão, o principal produto agrícola de exportação do país). Com a exceção dessa região, o resto do amplíssimo território sudanês permaneceu marginalizado e negligenciado.

Devido às profundas diferenças culturais entre as regiões, o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, optou por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, quando os ingleses preparavam sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul.

A política interna sudanesa, até a independência, foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte do Sudão e o sul, conformou-se cenário político conturbado, que passou a ser marcado por curtos períodos de estabilidade política e longos períodos de volatilidade interna.

Primeira Guerra Civil Sudanesa (1955-1972)

¹ Estima-se que a região do atual Sudão do Sul era povoada, no início do século XIX, por cerca de 13 milhões de indivíduos, agrupados em mais de 150 etnias. As principais são: **Dinka** (40%), presentes nos Estados de Bahr Al-Ghazal, Warrap, Jonglei, Upper Nile e na região de Abyei; **Nuer** (20%), presentes nos Estados de Jonglei, Upper Nile e Unity; **Azande** (10%), no Estado de Western Equatoria; **Toposa** (8%), no Estado de Eastern Equatoria; 5% **Shilluk**, no Estado de Upper Nile; 4% **Murle**, no Estado de Jonglei.

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão obteve sua independência do condomínio anglo-egípcio. Antes mesmo da independência do Sudão, contudo, o temor sulista de dominação pelo norte e a busca por maior participação na vida política do país degenerariam em conflito aberto. Em agosto de 1955, enquanto Cartum concentrava esforços para islamizar o sul e integrá-lo ao norte, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, o conflito entre a insurgência do Sul e Cartum.

No final dos anos 1960, estima-se que a guerra civil já havia matado 500 mil pessoas.

Em 1969, um golpe militar levou ao poder o Coronel Jaafar al-Nimeiri (1969-1985). Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo Governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês), precursor do Movimento Popular de Liberação do Sudão (SPLM, em inglês). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região (que seria governada como uma só entidade), incorporando indivíduos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.

Segunda Guerra Civil Sudanesa (1983-2005)

Causas do conflito

Durante o restante da década de 1970, o Governo de Nimeiri buscou equilibrar-se entre as pressões conflitantes advindas da necessidade, de um lado, de preservar a paz com o sul e, de outro lado, de administrar o ressentimento dos movimentos políticos islâmicos do norte, que viam o acordo de paz como rendição.

No início dos anos 1980, a balança passou a pender para o lado islamista. Sob pressão, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a "sharia" como base do sistema legal sudanês. Segundo analistas, a decisão de dividir as províncias do sul visava a enfraquecer a liderança única da região, para facilitar a exploração do petróleo, descoberto na região em 1979.

A luta por recursos naturais, o papel da religião no Estado e o direito à autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil, em 1983, pelo SPLA/M (Exército Popular de Liberação do Sudão - SPLA, em inglês - e seu braço político, o SPLM). O movimento de rebelião militar foi criado para lutar contra a exclusão do sul do Sudão nos processos de desenvolvimento econômico e participação política do país, exclusão que não logrou ser superada no interstício de onze anos de paz (1972-1983).

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em novo golpe militar, em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq Al-Mahdi para a Presidência (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as Montanhas Nuba, no Cordofão do Sul, região onde mantêm presença até os dias de hoje, como o SPLM-Facção Norte, movimento que alega não mais manter vínculos com o SPLM do atual Sudão do Sul.

Governo Al-Bashir

Em meio ao conflito com o sul do Sudão, e incapaz de encontrar soluções para os grandes problemas do país, Mahdi foi deposto em 1989 pelo General Omar Hassan Ahmed Al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o unipartidarismo prevaleceria até 2000). O Governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas. Cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da Frente. Os anos em que a NIF esteve à frente do poder (década de 1990) são considerados por analistas sudaneses como os de maior radicalismo islâmico.

O Sudão passou a ter participação ativa nos congressos pan-árabes e pan-islamistas da década de 1990. No plano político, os desentendimentos pontuais entre os partidos nortistas (recorrentes desde a independência) foram praticamente eliminados após a tomada de poder pelo partido de Al-Bashir.

Com relação ao conflito com o sul do Sudão, após o golpe de 1989, o Governo lançou uma série de ofensivas militares contra a insurgência do sul, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Contudo, com o apoio de países da região, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país. Fortalecida, a guerrilha passou a constituir séria ameaça ao Governo em Cartum.

Nova Constituição foi elaborada em 1996. Também em 1996, foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo General Al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o Governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se, agora, a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em larga escala a partir de 1999).

Partido do Congresso Nacional

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no “Partido do Congresso Nacional” (NCP, em inglês). O partido manteve a estrutura centralizada do Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento.

Em 1999, conflito interno no seio do NCP levou o Presidente Al-Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos Estados federados.

Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Al-Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos. O NCP ganhou 355 dos 360 assentos parlamentares, e membros do partido seguiram controlando cargos influentes no Governo, nas Forças Armadas, no Judiciário, nas instituições acadêmicas e na mídia.

No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI, a partir de 1997, logrando estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação de petróleo em grande quantidade, taxas de crescimento da ordem de 13%. Frente à necessidade de diversificação da sua base produtiva, o Governo do Sudão também passou a buscar o que denomina "revolução verde" – grandes projetos agrícolas com o objetivo de transformar o Sudão em celeiro de alimentos.

Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da "troika" formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa:

- Eleições gerais no Sudão;
- Formação de Governo de Unidade Nacional;
- Referendo sobre o *status* do sul do Sudão;
- Acordos sobre as receitas advindas da exploração de petróleo;
- Referendo sobre o *status* de Abyei (se a região continuaria vinculada ao norte, com *status* administrativo especial, ou se passaria a ser parte do sul); e
- Consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses Estados.

O AAP previa, contudo, que as partes deveriam envidar esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, a guerra civil sudanesa ocasionou a morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerou 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições nacionais de abril de 2010

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o Presidente Al-Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito Presidente do Governo do Sul e passou, igualmente, a ocupar o cargo de Vice-Presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos, e o SPLM, 22,3%. No Governo de Unidade Nacional, dois dos Ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.

Para o SPLM, mais relevantes do que as eleições gerais foram as eleições para o Governo do Sul do Sudão, pela qual se constituiu instância semiautônoma no país. Seu interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, sobretudo, para garantir a realização do referendo sobre o *status* do Sul do Sudão.

Indiciamento do Presidente Al-Bashir pelo TPI

A Promotoria do TPI abriu investigações sobre a situação em Darfur, em junho de 2005, e, em 2008, solicitou a expedição de mandado de prisão contra o Presidente Al-Bashir. Em julho de 2010, o TPI expediu novo mandado de prisão contra o Presidente Al-Bashir, por crime de genocídio. Contudo, com o objetivo de contrarrestar as decisões do Tribunal, o Sudão tem obtido apoio, no plano regional, para manter inalterada, até agora, a tendência majoritariamente a seu favor dos Estados-Membros da Liga dos Estados Árabes, bem como da União Africana.

Referendo de 9/11/2011 e Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o *status* do sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela separação entre sul e norte. Os resultados confirmaram o desejo dos sul-sudaneses pela secessão do país.

O Presidente Al-Bashir aceitou os resultados e promulgou decreto confirmando o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de 6 meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, tendo Salva Kiir assumido a Presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do Presidente Al-Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno no continente de redefinição de fronteiras, por votação e com base em decisão mutuamente aceita.

Panorama recente

Sob os impactos da Primavera Árabe e da deterioração do quadro econômico, o Presidente Al-Bashir tem buscado promover paulatina abertura do regime, mostrando maior propensão ao diálogo. Em fevereiro de 2012, o Presidente promoveu reforma ministerial, para reforçar seu núcleo de apoio político. A reforma também respondeu à necessidade de impor medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em conta a perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sul do Sudão.

Em abril de 2013, o Governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição. A oposição tem reagido aos gestos conciliadores demandando a participação imediata nos destinos do Governo. Todavia, por permanecer dividida internamente, a oposição não se tem mostrado hábil para expressar, de maneira efetiva, as demandas de parcelas da população descontentes com o quadro político e econômico.

O debate no âmbito governamental sudanês é, portanto, intenso e tem levado o Presidente a atuar como moderador. Distúrbios ocorridos em setembro de 2013, quando o

preço da gasolina e do diesel foram majorados, em média 80%, por causa do corte nos subsídios, demonstram as dificuldades do atual Governo de conciliar austeridade orçamentária com acomodação de setores descontentes da sociedade e da vida política do país. Tanto oposição quanto a ala moderada do partido do Governo concordam que o Sudão encontra-se em importante momento de inflexão na sua política interna. As forças político-partidárias têm procurado ajustar-se mutuamente na construção de um consenso quanto à mudança do regime.

Darfur

Motivados pela marginalização socioeconômica e política de Darfur, rebeldes darfurianos começaram a organizar-se, em 2001 e 2002, em oposição a Cartum. Os dois principais grupos rebeldes de Darfur, o "Sudan Liberation Movement/Army" (SLM/A) e o "Justice and Equality Movement" (JEM) iniciaram suas atividades militares em fins de 2002 e início de 2003. À época, Cartum encontrava-se em negociações de paz com o SPLM/A, do sul do Sudão, e não possuía recursos militares suficientes para reagir à insurgência. Apesar dos esforços em prol de uma solução política para o conflito, os embates continuaram, levando à deterioração das condições securitárias e humanitárias na região.

Em fevereiro de 2009, iniciaram-se negociações de paz, em Doha, para o conflito em Darfur. Em julho de 2011, o Movimento da Libertação e Justiça (LJM), que reúne diversos grupos rebeldes, e o Governo sudanês firmaram o Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), o que representou importante marco no processo de paz. Naquela ocasião, o JEM, contudo, não aderiu ao DDPD.

Importante passo para a implementação do DDPD foi dado com o estabelecimento e nomeação dos membros do Conselho da Autoridade Regional para Darfur (ARD), em janeiro de 2013. Em parceria com o Programa da das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Governo em Cartum, a ARD é a entidade responsável pela a implementação da Estratégia de Desenvolvimento de Darfur, que ganhou prioridade no segundo semestre de 2013. Também constituíram avanços recentes a nomeação de um darfuriano como Segundo Vice-Presidente da República do Sudão e o anúncio, por parte de Cartum, de previsão orçamentária de cerca US\$ 180 milhões para o apoio ao processo de paz. A Conferência de Doadores, prevista no DDPD, e realizada em abril de 2013 em Doha, amealhou US\$ 3,4 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento de Darfur.

O objetivo atual da ONU e da União Africana (UA), em parceria com o Governo sudanês, é buscar o diálogo com grupos rebeldes. Em abril de 2013, com a adesão do JEM ao DDPD (que se seguiu ao cessar-fogo assinado pelas duas partes em fevereiro de 2013), os principais grupos rebeldes estavam comprometidos com o processo de paz. A implementação do acordo de paz entre o JEM e o Governo do Sudão tem, contudo, encontrado entraves, devido à ausência de liderança do grupo rebelde, após o falecimento de seu antigo líder, em maio de 2013.

Com a pressão militar e política de Cartum pelo fim dos conflitos em Darfur, os movimentos armados na região estreitaram laços, alcançando perfil político mais elevado. Em novembro de 2011, formaram coalizão com o SPLM-N, denominada "Frente Revolucionária do Sudão". A aliança ampliou para o âmbito nacional a atuação dos

movimentos darfurianos que, até então, mantinham-se restritos a sua região. Em agosto de 2013, o SLM/A, que faz parte do DDPD, optou por boicotar a última reunião de consultas organizada pelo Representante Especial da ONU para Darfur, Mohamed Ibn Chambas, em Arusha, Tanzânia, sob o argumento de que deveriam haver sido convidados também grupos que, apesar de não atuarem em Darfur, compõem a Frente Revolucionária do Sudão.

Em setembro de 2013, teve lugar a VI Reunião da Comissão de Seguimento e Implementação do DDPD, que avaliou positivamente o processo de paz em Darfur. Contudo, alguns participantes expressaram preocupação com atrasos na implementação, bem como com impactos negativos de lutas intercomunitárias ainda existentes (em particular as tribos Misseriya e Salamat) sobre os esforços de reconstrução e desenvolvimento. Além de lutas intertribais, motivadas pelo controle de recursos naturais locais, registram-se, ainda, conflitos esporádicos entre o Governo do Sudão e grupos armados como o SLA-Minni Minawi.

Abyei

O *status* da região de Abyei, localizada na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul, que concentra importantes reservas petrolíferas e é reivindicada por ambos os países, permanece sem resolução definitiva. Recorde-se que, segundo o AAP, um referendo deverá ser realizado para determinar a qual país a região deverá vincular-se. A realização do pleito tem, contudo, encontrado obstáculos, em razão de divergências sobre definição de critérios para registro dos eleitores. O Governo do Sudão tem defendido a participação dos Mysseria, população nômade, com vínculos com o Norte, que transita sazonalmente na região.

Em junho de 2011, foi firmado um acordo entre o Governo do Sudão e o SPLA/M, com regras para a administração e segurança da área de Abyei, em regime temporário. Logo após o acordo, foi criada a Força Interina de Segurança da ONU para Abyei (UNISFA), com mandato para monitorar a desmilitarização e apoiar a supervisão da zona de fronteira.

A União Africana tem pressionado para que seja encontrada solução definitiva para a região em disputa. Em setembro de 2012, o Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana sobre o *status* final de Abyei, apelou às partes envolvidas que intensificassem os seus esforços, com vistas a um acordo sobre a realização do referendo. Em maio de 2013, o Presidente do Painel da UA escreveu aos Presidentes do Sudão e do Sudão do Sul sobre a necessidade de promover o desarmamento da região de Abyei. Em outubro de 2013, o Presidente Al-Bashir encontrou-se com seu homólogo sul-sudanês, em Juba, em sua segunda visita ao Sudão do Sul independente. Na ocasião, os dois mandatários concordaram em acelerar a criação da Administração da Região Abyei, bem como de um serviço de polícia para a região. Reafirmaram, ainda, que uma quota de dois por cento das receitas do petróleo do território, incluindo atrasos, seria transferida à Administração da região.

Em 31 de outubro de 2013, a comunidade Ngok Dinka, residente em Abyei, organizou referendo unilateral, sem respaldo do Governo em Cartum, da União Africana ou da ONU, no qual 99,99% dos votantes manifestaram-se a favor de sua união ao Sudão do Sul. Excluída do referendo, a comunidade Mysseria organizou diversos protestos que

reuniram milhares de pessoas. A comunidade internacional não reconheceu o referendo da comunidade Ngok Dinka como válido, e o Governo em Juba decidiu não se pronunciar.

Poder Legislativo

Nos termos da Constituição sudanesa interina de 2005 (escrita no âmbito das negociações do AAP), o Legislativo sudanês é composto por 2 câmaras: a Assembleia Nacional (Câmara Baixa) e o Conselho dos Estados (Câmara Alta). Os membros da Assembleia Nacional (450) são eleitos por sufrágio universal, para mandato de 5 anos. Os membros do Conselho dos Estados (50), por sua vez, são eleitos de forma indireta, pelas Assembleias Provinciais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa sudanesa tem-se pautado, em larga medida, pelo processo de paz em relação ao Sudão do Sul – no qual Cartum tem desempenhado papel considerado positivo – e pelos conflitos internos com implicações para a política exterior do país (Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul). Relativamente isolado no cenário internacional, o país busca diversificar suas parcerias, atrair investimentos externos e ampliar as oportunidades para sua reconstrução econômica e social.

Sudão do Sul

As relações com o Sudão do Sul constituem a questão de maior sensibilidade política e diplomática para o Sudão em seu entorno regional. Embora o AAP tenha posto fim a mais de 20 anos de guerra civil entre o sul e o norte e Cartum tenha reconhecido a independência do Sudão do Sul, haviam ficado pendentes de resolução final diversas questões essenciais para ambos os países, dentre as quais a repartição das rendas do petróleo, a delimitação definitiva de fronteiras e o *status* da região fronteiriça de Abyei.

Com a assinatura, em setembro de 2012, dos acordos de Adis Abeba, as relações entre os dois países tendem a normalizar-se. Após a segunda visita do Presidente Al-Bashir a Juba, em outubro de 2013, os mandatários de Sudão e Sudão do Sul emitiram nota conjunta comprometendo-se a adotar medidas que deverão favorecer a definição do *status* definitivo da região de Abyei, bem como a seguir cooperando para manter a produção e o escoamento de petróleo.

Petróleo

O Sudão e o Sudão do Sul ainda apresentam elevada interdependência econômica, sobretudo no que se refere à produção de petróleo. Com a independência sul-sudanesa, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas, o que constituiu duro golpe nas contas governamentais (o petróleo respondia por 50% das receitas sudanesas). O escoamento do petróleo sul-sudanês, contudo, passa necessariamente por oleodutos sudaneses e é embarcado em portos controlados por Cartum, no Mar Vermelho.

Em janeiro de 2012, o Sudão do Sul interrompeu sua produção de petróleo, em razão dos valores cobrados pelo norte para o escoamento do produto. Juba acusou o Sudão, à época, de desviar o petróleo produzido no Sul e considerou inaceitável o preço cobrado pelo transporte (US\$ 32 por barril). O impasse ganhou contornos militares quando o Sudão do Sul invadiu o complexo petrolífero de Heglig, responsável pela metade da produção petrolífera do Sudão, em abril de 2012, em retaliação a bombardeios sudaneses no Estado de Unity, zona petrolífera sul-sudanesa.

Pela Resolução 2046 (2012), o Conselho de Segurança exigiu que as partes cessassem as hostilidades e retomassem as negociações, o que ocorreu em maio de 2012. A escalada de violência entre os países apaziguou-se com a retirada das tropas sul-sudanesas de Heglig, anunciada em 20/4/2012, e o fim dos bombardeios aéreos por parte de Cartum. Pressões internacionais pela cessação das hostilidades, bem como de países interessados na

retomada da produção de petróleo, foram determinantes para o fim das hostilidades e a retomada das negociações.

O recente conflito interno no Sudão do Sul, que eclodiu em dezembro de 2013, tem sido acompanhado de forma atenta por Cartum, em razão do risco de impacto sobre a produção de petróleo sul-sudanês.

Acordos de Adis Abeba

Em agosto de 2012, foi anunciado consenso entre Sudão e Sudão do Sul quanto aos valores a serem pagos pelo Sudão do Sul para o escoamento de petróleo pelo norte. Os compromissos foram formalizados em setembro de 2012, em Adis Abeba, os quais possibilitaram a retomada da produção sul-sudanesa. Acordou-se, ademais, a criação de zona desmilitarizada na fronteira, a ser monitorada conjuntamente. Em meados de outubro daquele ano, os Parlametos dos dois países aprovaram o acordo firmado.

Desde então, tem-se verificado relativa distensão entre os dois vizinhos, bem como progressos relevantes na implementação dos Acordos de Adis Abeba. Em março de 2013, os dois países estabeleceram uma "Matriz para Implementação dos Acordos". Sudão e Sudão do Sul vêm promovendo a retirada de suas tropas da região de fronteira e, em abril de 2013, acordaram a abertura de 10 postos fronteiriços. Importante marco da distensão entre os dois países foi a visita do Presidente Al-Bashir ao Sudão do Sul, em abril de 2013. Tratou-se da primeira visita do mandatário sudanês ao país desde sua independência. No mesmo mês, foi retomada a produção de petróleo do Sudão do Sul.

Demais países do entorno regional

- O **Egito** foi, no passado, referencial para o Sudão, bem como potência dominante, juntamente com os ingleses, durante o período do domínio anglo-egípcio. A transição política no Egito abriu, na percepção sudanesa, a possibilidade de redefinição do relacionamento entre os dois países. O Egito, por sua vez, tem especial interesse na estabilidade do Sudão, em virtude da questão da segurança de suas fronteiras e das águas do Nilo. O então Presidente egípcio, Mohamed Morsi, esteve em Cartum em abril de 2013. Na agenda bilateral, discutiu-se o regime das águas do Nilo e o contencioso do chamado "triângulo de Hailib", questão da fronteira entre os dois países a leste, na área de Porto Sudão.

- As transformações na **Líbia**, ocorridas em 2011, foram bem recebidas em Cartum. O fato de cerca de 500 mil sudaneses viverem em território líbio tornava ainda mais sensível o diálogo bilateral. Cartum acusava, ademais, Muamar Kadhafi de apoiar movimentos rebeldes no Darfur. Após o conflito, o Sudão tem buscado normalizar as relações com o país vizinho. Destaca-se, nesse contexto, a viagem de Al-Bashir a Trípoli, em janeiro de 2012.

- O **Chade** foi, durante vários anos, um dos principais focos de disputa da política externa sudanesa. Os dois países acusavam-se mutuamente de apoio a movimentos insurgentes em seus respectivos territórios. Desde 2010, contudo, quando houve importante troca de visitas presidenciais, os dois países têm buscado normalizar as relações, com o fechamento da fronteira ao fluxo de armas e rebeldes. Avanço significativo para a distensão

entre o Sudão e o Chade foi o estabelecimento de Comissão Conjunta de Monitoramento de Fronteiras. A pacificação da "fronteira Oeste" do Darfur constituiu êxito diplomático para Cartum.

- O relacionamento bilateral com a **Etiópia** deu um salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver uma longa disputa fronteiriça com o Sudão e desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A mediação da Etiópia nas negociações que levaram à assinatura do AAP, em 2005, o engajamento etíope na UNISFA, composta em sua grande maioria por militares etíopes, e a mediação da crise entre Sudão e Sudão do Sul, que culminou com a assinatura dos Acordos de Adis Abeba em setembro de 2012, contribuíram significativamente para a consolidação da distensão nas relações bilaterais.

- No que diz respeito às relações com a **Eritreia**, ambos os países normalizaram relações, após a negociação de paz com os rebeldes ao leste do Sudão, conduzidas em Asmara, em 2006.

- As relações com o **Quênia**, o mais importante facilitador do AAP, foram estremecidas nos últimos anos. Entre os episódios que abalaram as relações Cartum-Nairóbi, destaca-se a decisão da Alta Corte queniana de cumprir o mandado de prisão expedido pelo TPI contra o Presidente Omar Al-Bashir, caso o Chefe de Estado sudanês entre em território queniano. O aumento dos investimentos quenianos no Sudão do Sul, em especial a projetada construção de novo oleoduto para escoamento do petróleo sul-sudanês por meio do Porto de Lamu, no Quênia, igualmente contribui para o esfriamento das relações entre os dois países.

Países do Golfo

O Sudão constitui parceiro de grande relevância, no continente africano, para países do Golfo como o **Catar** e a **Arábia Saudita**. Investimentos cataris têm sido frequentemente direcionados à compra de terras férteis no norte, às margens do Nilo. O Sudão também ocupa lugar de destaque na "Iniciativa para o Agro-Investimento Externo do Rei Abdullah", da **Arábia Saudita**, que tem canalizado investimentos na compra de terras férteis no norte do país. Devido a sua posição privilegiada, próxima ao Golfo e com saída para o Mar Vermelho, o Sudão encontra lugar de destaque na lista de receptores de investimentos nessa área.

Cumpram também destacar que o **Catar** tem sido o principal mediador entre movimentos rebeldes darfurianos e Cartum. Desde 2006, Doha tem buscado intermediar a solução do conflito de Darfur, que envolve populações muçulmanas. A mediação catari vem obtendo resultados significativos, em especial o Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), que tem sido importante "mapa do caminho" para entendimentos entre o Governo sudanês e os diversos grupos rebeldes que atuam na região. Em abril de 2013, o Catar, no âmbito do DDPD, promoveu Conferência de Doadores que logrou obter US\$ 3,4 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento de Darfur.

EUA

As relações entre o Sudão e os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Nesse contexto, desde 1997, o Governo dos EUA aplica sanções unilaterais ao Sudão. Tais sanções foram alegadamente impostas com o objetivo de provocar a mudança de comportamento do Governo sudanês no que tange à violação de direitos humanos.

Passados mais de 15 anos da imposição das primeiras sanções, o Sudão tem buscado a normalização das relações com os Estados Unidos. O Sudão atribui a delicada situação financeira em que se encontra ao embargo unilateral norte-americano, asseverando que a situação econômica só poderá ser equacionada com a normalização das relações entre os dois países.

União Europeia

As relações com países da UE são mais fluidas e pragmáticas. Apesar das críticas de países europeus à situação de direitos humanos e humanitário no país, não há embargo declarado, e as correntes de comércio são significativas. Países como a França, o Reino Unido e a Alemanha fazem, bilateralmente, críticas à situação humanitária em diversas regiões do país, o que, contudo, não impede que haja certa abertura ao diálogo, com troca de visitas governamentais de parte a parte. Algumas das principais agências de cooperação europeias desenvolvem projetos no Sudão, com foco em capacitação, saúde materno-infantil e segurança alimentar.

Entre os países europeus, a **Noruega**, em especial, é percebida por Cartum como país neutro e engajado na construção da paz. A esse respeito, convém recordar que a então Ministra para a Cooperação Internacional daquele país, Hilde Johnson, exerceu importante papel como um dos mediadores das negociações que levaram à assinatura do AAP em 2005. O Sudão é, ademais, um dos países africanos que mais recebe ajuda norueguesa.

China

Diante das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tem sido importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim constitui o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte do país, mas, com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão pré-secessão, passou a enfrentar a difícil tarefa de conciliar seus interesses com relação ao Sudão e ao Sudão do Sul. A China tem mantido, dessa forma, equidistância no relacionamento com os dois países. Pequim tem, historicamente, privilegiado os aspectos econômico-comerciais na relação com o Sudão.

União Africana

A União Africana (UA) tem sido importante foro para a atuação da diplomacia sudanesa. A UA constitui importante fonte de apoio ao Sudão, no contexto dos mandados de prisão contra Al-Bashir. Ainda em meados de 2008, a UA solicitou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a suspensão do processo em curso no TPI. Em julho de 2009, ante a falta de deliberação pelo CSNU do pedido formulado, a Assembleia da Organização adotou decisão de não cooperar com o TPI para a prisão do mandatário sudanês, com base no princípio das imunidades dos Chefes de Estado.

A UA atua, ademais, como mediadora relevante para as relações entre Sudão e Sudão do Sul, através do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP), chefiado pelo ex-Presidente sul-africano Thabo Mbeki.

Destaca-se, também a missão conjunta da UA e da ONU para Darfur, a UNAMID, estabelecida em julho de 2007 pela Resolução 1769 do CSNU. Com efetivo autorizado de 20 mil tropas e 6 mil policiais, a missão híbrida é a maior missão de paz em atuação no mundo. Entre suas principais atribuições estão a proteção de civis, a garantia da segurança dos esforços de assistência humanitária, a verificação da implementação dos acordos de paz entre rebeldes e Governo e a promoção dos direitos humanos e do Estado de Direito.

Liga Árabe

Outra importante fonte de apoio ao Sudão têm sido os países árabes. Os países da Liga Árabe apoiaram o Sudão diante das acusações do TPI, por considerarem que a execução do mandado de prisão expedido pelo TPI alijaria ator-chave nas negociações para a pacificação de Darfur – mediadas pelo Catar com apoio da LEA –, e de outras regiões do país. O Sudão tem sido, ademais, defensor da causa palestina.

Nações Unidas

As Nações Unidas possuem presença relevante e ampla no país, por meio não somente das Missões de Paz mantidas em território sudanês (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur-UNAMID e Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei-UNISFA), mas também por suas agências especializadas, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). O Sudão apoia a reforma do Conselho de Segurança, nos termos do Consenso de Ezulwini da União Africana, que propõe a ampliação dos membros com poder de veto, em especial por meio da inclusão de países africanos no CSNU. A Chancelaria sudanesa tem manifestado, ademais, apoio ao assento permanente brasileiro.

Tribunal Penal Internacional – TPI

O indiciamento e expedição de dois mandados de prisão contra o Presidente Al-Bashir pelo TPI contribuem para o relativo isolamento sudanês. Embora o Sudão não seja

parte do Estatuto de Roma, as investigações sobre possíveis crimes sob a jurisdição do Tribunal em Darfur foram iniciadas após a aprovação da Resolução 1593 (2005) do CSNU, no âmbito do Capítulo VII da Carta da ONU.

As investigações do Promotor conduziram ao indiciamento de sete sudaneses, entre rebeldes e altos funcionários do Governo, entre os quais o ex-Ministro da Defesa sudanês, Ahmad Harun, , em 2007, o atual Ministro da Defesa, Abdel Hussein, em 2012, além do Presidente Omar Al-Bashir, em março de 2009. O indiciamento de Al-Bashir por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, com a concomitante expedição de mandado de prisão, foi o primeiro de um Chefe de Estado em atividade pelo TPI. Em 2010, o TPI acatou a apelação do Promotor, para incluir entre as acusações o crime de genocídio, o que levou à expedição de novo mandado de prisão contra Al-Bashir.

De acordo com a denúncia da Promotoria, aceita pelo Tribunal, os crimes teriam sido supostamente cometidos durante uma campanha de contrainsurreição conduzida, durante cinco anos, pelo Governo do Sudão, comandado por Al-Bashir, contra o Movimento/Exército de Libertação Sudanês (SLM/A), o Movimento para a Justiça e a Igualdade (JEM, em inglês) e outros grupos armados de oposição às autoridades de Cartum no Darfur. A campanha seria o resultado de um plano acordado nos mais altos escalões do Governo sudanês, sendo imputável, segundo o Promotor, ao Presidente Al-Bashir.

O Governo sudanês vem sustentando, por sua vez, que, por não ser parte do TPI, as decisões do Tribunal não são aplicáveis ao Sudão. Cartum argumenta, ainda, que a ação da Corte seria politicamente motivada e teria ignorado investigações em curso, conduzidas pelas autoridades sudanesas. Cartum igualmente critica a atuação supostamente seletiva do TPI, cujos casos são, em sua totalidade, referentes a países africanos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Governo sudanês enfrenta, no momento, o desafio de reestruturar e revitalizar sua economia. A secessão do Sudão do Sul (julho/2011) gerou impactos estruturais na organização econômica sudanesa, desarticulando atividades produtivas e canais de exportação. A secessão também vem causando impacto sobre as contas nacionais e políticas macroeconômicas do Governo. Vale recordar que, com a independência sul-sudanesa, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas, as quais representavam 50% das receitas sudanesas pré-secessão. Além do impacto sobre as contas externas, causado pela redução drástica da participação do petróleo nas exportações, a queda na produção de energia e de alimentos tem causado forte pressão inflacionária e surto de importações.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia sudanesa teria sofrido contração de 4,5%, em 2011, e de 4,4%, em 2012, e considerando o impacto econômico da secessão do Sul, a contração econômica amplia-se para 11,1%, em 2012. A continuada deterioração dos resultados econômicos, em 2012, deve-se, sobretudo, à interrupção da produção de petróleo sul-sudanês, entre janeiro daquele ano e abril de 2013. Esses resultados contrastam fortemente com a média de crescimento de 6,7% observada no intervalo 2003-2009.

Após a secessão do Sul e até janeiro de 2012, o Sudão exigia receber a quantia de US\$ 32 por barril de petróleo exportado por Juba. No acordo que permitiu a retomada da exportação de petróleo sul-sudanês em abril de 2013, o Sudão passou a receber US\$ 9 ou US\$ 11 por barril exportado, a depender da região de origem do petróleo e de seu tipo. Ademais, Cartum receberá, segundo os termos do acordo, compensação de Juba da ordem de US\$ 3 bilhões, paga por meio da sobretaxa de US\$ 15 adicionais por barril exportado. Com a retomada da exportação de petróleo do Sudão do Sul via Sudão, segundo dados do FMI, a economia sudanesa cresceu 3,9%, em 2013, e tem crescimento real do PIB, projetado para 2014, da ordem de 2,5%.

Em novembro de 2012, a despeito da anunciada retomada do crescimento, o FMI recomendou que Cartum perseverasse em suas políticas de austeridade fiscal, concentrando os investimentos governamentais em medidas voltadas à diversificação da matriz produtiva do país. De fato, com a perda de reservas de petróleo, Cartum tem dado maior ênfase ao desenvolvimento agrícola, bem como à extração mineral (sobretudo de ouro). Nesse sentido, o relacionamento com países do Golfo, Brasil, China, Índia e Turquia tem recebido especial ênfase.

Na área fiscal, a queda das receitas orçamentárias sudanesas tem pressionado o Governo a adotar medidas de corte de gastos públicos, como exclusão e fusão de pastas ministeriais, redução de orçamentos ministeriais e redução de subsídios aos combustíveis. O planejamento orçamentário para 2013 previu déficit fiscal da ordem de 3,4%, sem considerar as receitas decorrentes do pagamento do Sudão do Sul pela exportação de seu petróleo.

O quadro inflacionário é igualmente preocupante: em 2012, a taxa de inflação fechou em 31,9%, significativamente superior à inflação inicialmente projetada pelo Banco Central Sudanês (17,5%); em 2013, o aumento generalizado de preços foi da ordem de 32,1%; e projeta-se leve redução, para níveis próximos a 27,4%, em 2014.

No setor externo, o Sudão apresenta perfil de exportador de *commodities*, como ouro e, sobretudo, petróleo, o qual representou, em 2011, mais de 90% das exportações do país. Antes da secessão do sul, cerca de 80% do petróleo explorado era destinado à exportação, principalmente para a China, que absorveu, em 2011, 69,8% do total das exportações sudanesas. Do lado das importações, máquinas mecânicas e elétricas figuram, segundo dados de 2011, como os principais produtos demandados (24,5% do total), ao passo que cereais, carnes e açúcar correspondem, conjuntamente, a quase 20% da pauta de importações sudanesa. Com a economia estruturalmente dependente das rendas do petróleo e da importação de alimentos e de bens de consumo, o Sudão terá dificuldades de reverter, no médio prazo, a tendência deficitária de suas contas externas.

O expressivo déficit no balanço de transações correntes fechou em 10,8% do PIB, em 2012, e reduziu para 7,3%, em 2013, segundo dados do FMI. Prevê-se que o Sudão continue acumulando dívida externa nos próximos anos. Não há registros seguros da evolução da dívida pública do Sudão. Estima-se, contudo, que a dívida sudanesa tenha crescido de US\$ 9 bilhões para US\$ 41 bilhões, entre 1985 e 2012.

A dívida externa acumulada com garantia pública, por sua vez, vem aumentando, atingindo patamares superiores a 60% do PIB, nos últimos anos. A maior parte da dívida e do financiamento externo ao Sudão é concedida por países do Golfo, sobretudo Arábia Saudita e Kuwait. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) recebida manteve média, entre 2008 e 2012, de 1,9% do Produto Nacional Bruto. Nesse quadro, persistem os esforços de Cartum diante da comunidade financeira internacional para alívio ou perdão de dívidas. Vale registrar que, em 2010, a China perdoou US\$ 6 milhões da dívida sudanesa. O Brasil, por sua vez, assinou acordo de reescalonamento da dívida com o Sudão em maio de 2013.

A resolução da crise econômica enfrentada pelo Sudão dependerá, no médio prazo, do desenvolvimento de setores não relacionados à extração de petróleo. Mineração, hidroeletricidade e agricultura têm sido destacados pelo Governo sudanês como setores prioritários para receber investimentos estatais. Movido por recomendação do FMI, Cartum anunciou, ademais, a elaboração de plano estratégico de substituição de importações e diversificação de exportações, com duração prevista de 3 anos.

Em 2012, mais de 60% das exportações sudanesas foram destinadas à China. Outros destinos importantes foram Japão (17,3%), Índia (5,3%), Canadá (3,2%) e Etiópia (2,1%). O Brasil foi o 56º destino das vendas do Sudão. O petróleo representou 82,4% do total das vendas do país. No que se refere às importações, o Sudão mantém parcerias mais equilibradas. Em 2012, os principais parceiros foram a China (com participação de 30% sobre o total das importações), Índia (10%) e Egito (6,1%). O Brasil posicionou-se no 21º lugar entre os vendedores para o Sudão, com 1,1% do total.

ANEXOS**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

- 1881:** Após décadas de domínio egípcio e britânico, líder religioso Mahdi expulsa os ingleses.
- 1899:** Forças militares inglesas voltam a impor regime de soberania conjunta anglo-egípcia.
- 1956:** Independência e criação do Parlamento, sob a liderança do Primeiro-Ministro Al-Zahari.
- 1969:** Golpe militar leva ao poder o Coronel Al-Nimeiri, apoiado depois pela “Irmandade Islâmica”.
- 1972:** Acordo de paz entre Governo do norte e rebeldes do sul.
- 1978:** Descoberto petróleo em Bentiu, região sul, pela empresa americana Chevron.
- 1983:** Guerra civil no sul entre Governo e Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM).
- 1983:** Presidente Al-Nimeiri (sunita) oficializa lei islâmica (Shariá).
- 1985:** Al-Nimeiri é destituído e Conselho Militar de Transição assume o governo.
- 1986:** Sadiq Al-Mahdi é nomeado Primeiro-Ministro.
- 1989:** Em meio à escalada do conflito interno, Al-Mahdi é deposto pelo General Al-Bashir.
- 1989:** Al-Bashir suspende Constituição; proscree todos os partidos políticos.
- 1989:** Poder legislativo exercido pelo Conselho Revolucionário de Salvação Nacional.
- 1993:** Dissolvido Conselho Revolucionário; Al-Bashir nomeado Presidente.
- 1996:** Governo promulga nova Constituição; eleições presidenciais e parlamentares.
- 1996:** Al-Bashir é eleito Presidente (reeleito em 2000).
- 1997:** Governo inicia difíceis conversações de paz com diversos grupos rebeldes do Sul.
- 2002:** Protocolo de Machakos (estabelece referendo sobre autodeterminação no Sul em 2011).
- 2004:** Recuperação econômica, aumento da exportação de petróleo.
- 2004:** Conselho de Paz e Segurança da UA aprova Missão de Paz em Darfur (AMIS).
- 2005:** Celebrado em Nairóbi Acordo Abrangente de Paz (CPA) definitivo, entre rebeldes do Sul e Governo.
- 2005:** Missão das Nações Unidas no Sudão (MINUS) estabelecida para implementação do Acordo de Paz entre o Norte e o Sul.
- 2005:** Novo Governo, em composição com o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), toma posse em julho.
- 2005:** Ex-rebelde sulista John Garang assume Vice-Presidência (logo falece em acidente aéreo), sendo substituído por Salva Kiir.
- 2005:** Formado Governo autônomo no Sul.
- 2006:** Acordo de Paz de Darfur (DPA) entre o Governo e um dos principais grupos rebeldes.
- 2007:** Criada a Missão híbrida ONU-UA em Darfur (UNAMID), em substituição à AMIS.

2007: TPI emite mandado de prisão contra suspeitos de crime de guerra em Darfur, entre os quais, o ministro da defesa sudanês, Ahmad Harun.

2008: ONU assume missão híbrida de paz em Darfur (UNAMID).

2008: TPI indicia Al-Bashir por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade em Darfur.

2009: TPI expede mandado de prisão contra o Presidente Al-Bashir, sob acusação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade em Darfur.

2010: Presidente Al-Bashir declara que aceitará o resultado do referendo, ainda que o Sul opte pela independência.

2010/fev: O Movimento da Justiça e Igualdade (JEM) assina acordo preliminar com o Governo sudanês.

2010/abr: Realizadas eleições multipartidárias. O Presidente Al-Bashir foi confirmado no cargo e Salva Kiir foi eleito Presidente do Sul do Sudão.

2010/jul: TPI expede um segundo mandado de prisão contra Al-Bashir, dessa vez por acusações de genocídio.

2011/jan: Realização de referendo sobre a independência do Sudão do Sul.

2011/jul: Promulgação de decreto que confirma o referendo de independência, e assinatura do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD). Independência do Sudão do Sul em 9 de julho de 2011.

2012/fev: Presidente Al-Bashir empreende reforma ministerial.

2012/set: Assinatura dos Acordos de Adis Abeba entre Sudão e Sudão do Sul, por meio do qual foi retomada a produção de petróleo sul-sudanesa, escoada pelo Norte.

2013/jan: Estabelecimento e nomeação dos membros do Conselho da Autoridade Regional para Darfur (ARD).

2013/fev: Cessar-fogo assinado com o Movimento da Libertação e Justiça (LJM).

2013/abr: Governo anuncia anistia a presos políticos e conclama demais forças políticas ao entendimento e à elaboração de nova Constituição.

2013/jun: Governo anuncia bloqueio a exportações petrolíferas sul-sudanesas, em retaliação a apoio que Juba estaria concedendo a rebeldes no Sudão.

2013/set: Governo anuncia o corte dos subsídios na área de combustíveis, o que ocasiona protestos com mortes em Cartum.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968: Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.

2003: Brasil recebe visita do Ministro dos Transportes do Sudão.

2003: Brasil recebe visita do Ministro da Educação sudanês, que é recebido pelo Ministro de Relações Exteriores.

2004: Sudão abre Embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.

2005: Osman Ismail, então Chanceler sudanês, participa da I Cúpula América do Sul e Países Árabes (ASPA).

2005: Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.

2005: Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.

2006: Brasil e Sudão assinam Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.

2006: É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.

2006: Brasil abre Embaixada residente em Cartum.

2006: Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.

2007: Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.

2007: Subsecretário-Geral de Política II do Ministério das Relações Exteriores vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.

2008: Embaixador Omer Salih Abubakr assume a Embaixada do Sudão no Brasil.

2008: Brasil recebe visita do Enviado Especial do Presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.

2009: Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.

2009: O Deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo Presidente Al-Bashir.

2010: Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo Deputado Nilson Mourão.

2010/fev: O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum.

2010/mar: Realizada em março missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Cartum, com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Embrapa, Fiocruz e “Olé Brasil”.

2010/abr: Atendendo, a pedido do Governo do Sudão, Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral.

2010/nov: Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (cuja primeira reunião, contudo, ainda não foi realizada).

2011/abr: Visita do Governador de Cartum ao Governo do Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outros.

2011/dez: IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III (SGAP III) do Ministério das Relações Exteriores e da alta cúpula da chancelaria sudanesa.

2012/nov: Visita ao Brasil do Ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz, cuja delegação indicou que seu país tenciona expandir a capacidade de produção de petróleo "onshore" e, principalmente, "offshore". Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir, na qual foi aventada a possibilidade de criação de um "Grupo de Amigos", composto por parlamentares de ambos os países.

2013/mar: Visita do Ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de Governador de Cartum – reflete o desejo do Governo sudanês em aprofundar a cooperação nessas áreas, bem como prospectar novas possibilidades de cooperação e parcerias.

2013/mai: Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o Governo sudanês, que tem por objetivo estabelecer biofábrica para a multiplicação de mudas de cana-de açúcar no país, com capacitação de recursos humanos.

2013/jun: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti, ao Brasil.

2013/set: Realizada pela ABC, em setembro, primeira atividade do projeto "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", com representantes do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

2013/nov: Visita ao Brasil do Ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz, para assinatura do Memorando de Entendimento nas áreas de Petróleo, Gás Natural, Etanol e Eletricidade, no Ministério de Minas e Energia.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (Especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	9/5/2006	9/5/2006	Vigente
Acordo de Cooperação Técnica	11/5/2005	21/9/2006	Vigente

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

SUDÃO: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Sudão
Superfície	1,9 milhão Km ²
Localização	Nordeste da África
Capital	Cartum
Principais cidades	Cartum, Omdurman, Kassala, El Obeid, Wad Medani, Gedaref
Idiomas oficiais	Árabe e inglês
Moeda	Libra Sudanesa

O Sudão está localizado no continente Africano, e faz fronteira com o Mar Vermelho, Egito, Eritreia, Etiópia, República Centro-Africana, Chade, Líbia e Sudão do Sul. É o 16º maior país do mundo em extensão e, comparando-o com o território brasileiro, é maior que o Amazonas. Possui significativas reservas de petróleo, e também de minério de ferro, cobre, minério de cromo, zinco, tungstênio, mica, prata e ouro.

Elaboração: IUPERL/DIC/INEC. Dados de Intelligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IUPERL, Economic Intelligence Unit, Country Report December 2013; (2) IUPERL, World Economic Outlook Database, October 2013 e; (3) UNCTAD, International Market Development Indicators, 2013

PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS (2012)

População (2013)	34,38 milhões de habitantes
Taxa de desemprego (2013)	19,0%
Taxa de alfabetização	71,1%
Expectativa de vida	61,8 anos
Ranking IDH	171º

A população sudanesa, de 34,38 milhões de habitantes em 2012, é 71,1% alfabetizada e possui expectativa de vida de 61,8 anos. No ranking do IDH de 2012 o Sudão posicionou-se no 171º lugar.

Elaboração: IUPERL/DIC/INEC. Dados de Intelligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IUPERL, World Economic Outlook Database, October 2013 e; (2) UNCTAD, International Market Development Indicators, 2013

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2013)

PIB nominal	US\$ 52,5 bilhões
Crescimento real do PIB	3,91%
PIB nominal "per capita"	US\$ 1.527
PIB PPP	US\$ 89,97 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 2.617
Inflação (fim do período)	19,8%
Saldo em transações correntes	US\$ - 6,27 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 202 milhões
Dívida externa	US\$ 42,26 milhões
Câmbio (SDG / US\$)	5,90
Exportações de serviços (2012)	US\$ 483 milhões
Importações de serviços (2012)	US\$ 2 bilhões

Com PIB nominal de US\$ 52,5 bilhões e crescimento de 3,91% em 2013, o Sudão posicionou-se como a 78ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 41,1% do PIB em 2012, seguido do Industrial com 31,2%, e do agrícola com 27,7%. Em 2012, o Sudão comercializou US\$ 2,48 bilhões em serviços, sendo US\$ 483 milhões de exportações (128º lugar no ranking mundial) e US\$ 2,0 bilhões de importações (99º), resultando em déficit na balança de serviços de US\$ 1,52 bilhão.

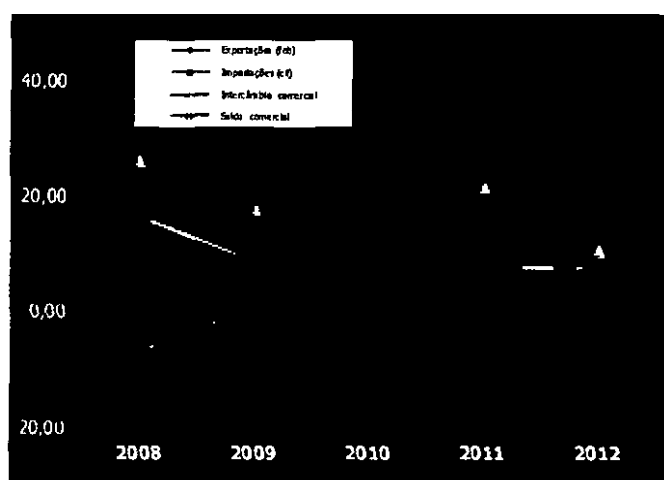
Elaboração: IUPERL/DIC/INEC. Dados de Intelligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IUPERL, Economic Intelligence Unit, Country Report December 2013; (2) IUPERL, World Economic Outlook Database, October 2013 e; (3) UNCTAD, International Market Development Indicators, 2013 e; (4) UNCTAD, TIC/TradeMap January 2014

SUDÃO: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾
US\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2008-2012
Exportações (fob)	9,50	9,08	11,53	13,69	3,35	-64,7%
Importações (cif)	16,42	8,59	11,87	7,93	7,38	-55,0%
Intercâmbio comercial	25,92	17,67	23,40	21,61	10,73	-58,6%
Saldo comercial	-6,92	0,49	-0,35	5,76	-4,03	n.c.

Elaborado pelo MRE/DFR/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, January 2014

(1) Em 2011 e 2012 os dados foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país (n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior do Sudão decresceu 64,7% entre 2008 e 2012, de US\$ 9,5 bilhões para US\$ 3,35 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 120º mercado mundial, sendo o 121º exportador e o 112º importador. O saldo da balança comercial, deficitário em todo o quinquênio analisado, exceto em 2009, apresentou saldo negativo de US\$ 4,03 bilhões em 2012.

SUDÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total	
China	2.054	61,3%	China 61,3%
Japão	578	17,3%	Japão 17,3%
Índia	179	5,3%	Índia 5,3%
Canadá	106	3,2%	Canadá 3,2%
Etiópia	71	2,1%	Etiópia 2,1%
França	56	1,7%	França 1,7%
Coreia do Sul	43	1,3%	Coreia do Sul 1,3%
Líbano	26	0,8%	Líbano 0,8%
Alemanha	24	0,7%	Alemanha 0,7%
Egito	23	0,7%	Egito 0,7%
Brasil	0,13	0,0%	
Subtotal	3.161	94,4%	
Outros países	189	5,6%	
Total	3.350	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, January 2014

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

As exportações do Sudão são direcionadas em grande parte aos países asiáticos, que absorveram 87,4% do total em 2012. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas sudanesas, com 61,3% do total. Seguiram-se: Japão (17,3%); Índia (5,3%); Canadá (3,2%); e Etiópia (2,1%). O Brasil foi o 56º destino das vendas do Sudão.

SUDÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total	
China	2.213	30,0%	China 30,0%
Índia	740	10,0%	Índia 10,0%
Egito	452	6,1%	Egito 6,1%
Uganda	424	5,7%	Uganda 5,7%
Turquia	280	3,8%	Turquia 3,8%
Austrália	263	3,6%	Austrália 3,6%
Malásia	231	3,1%	Malásia 3,1%
Reino Unido	220	3,0%	Reino Unido 3,0%
Alemanha	212	2,9%	Alemanha 2,9%
Itália	206	2,8%	Itália 2,8%
...			
Brasil	81,79	1,1%	
Subtotal	5.322	72,1%	
Outros países	2.060	27,9%	
Total	7.381	100,0%	

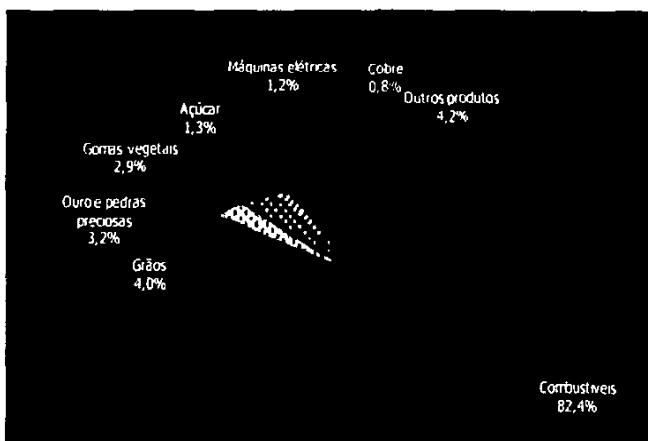
Elaborado pelo MRL/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, January 2014

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Os países asiáticos são os principais fornecedores de bens ao Sudão. Em 2012, representaram 55,7% do total. Individualmente, a China foi o principal parceiro, com 30% do total. Seguiram-se: Índia (10%); Egito (6,1%); Uganda (5,7%); Turquia (3,8%) e Austrália (3,6%). O Brasil posicionou-se no 21º lugar entre os vendedores para o Sudão, com 1,1% do total.

SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	2.762	82,4%
Grãos	134	4,0%
Ouro e pedras preciosas	106	3,2%
Gomas vegetais	97	2,9%
Açúcar	44	1,3%
Máquinas elétricas	40	1,2%
Cobre	27	0,8%
Subtotal	3.209	95,8%
Outros produtos	141	4,2%
Total	3.350	100,0%



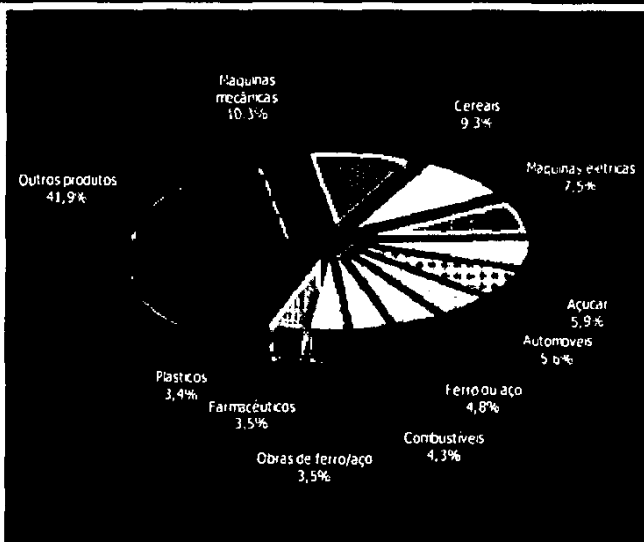
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, January 2014.

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Na pauta das exportações do Sudão predominam os combustíveis (óleos de petróleo bruto). Em 2012, os combustíveis representaram 82,4% do total, seguidos de grãos (sementes de gergelim) com 4%; e ouro em formas brutas ou semimanufaturadas em pó (3,2%).

SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Máquinas mecânicas	761	10,3%
Cereais	684	9,3%
Máquinas elétricas	555	7,5%
Açúcar	438	5,9%
Automóveis	412	5,6%
Ferro ou aço	351	4,8%
Combustíveis	319	4,3%
Obras de ferro/aço	260	3,5%
Farmacêuticos	255	3,5%
Plásticos	250	3,4%
Subtotal	4.285	58,1%
Outros produtos	3.096	41,9%
Total	7.381	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, January 2014

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

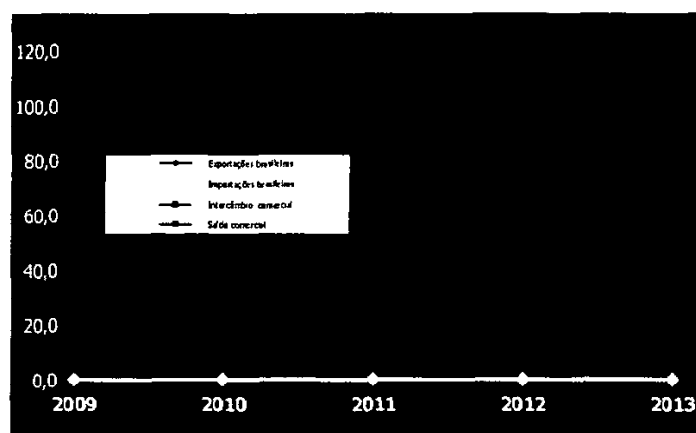
A pauta de importações do Sudão é pulverizada. Em 2012, máquinas mecânicas (Bulldozers, angledozers, niveladores, raspotransportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados) foram o principal item da pauta e representaram 10,3% do total. Seguiram-se: cereais (trigo) com 9,3%; máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio) com 7,5%; açúcar (açúcar refinado) com 5,9%; automóveis (5,6%); e ferro ou aço (4,8%).

BRASIL-SUDÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	97,3	100,5	97,2	81,8	53,6	-44,9%
Variação em relação ao ano anterior	91,5%	3,2%	-3,2%	-15,9%	-34,4%	
Importações brasileiras	0,045	0,042	0,063	0,125	0,246	446,3%
Variação em relação ao ano anterior	-85,6%	-7,5%	52,4%	97,2%	96,4%	
Intercâmbio comercial	97,4	100,5	97,3	81,9	53,9	-44,7%
Variação em relação ao ano anterior	90,4%	3,2%	-3,2%	-15,8%	-34,2%	
Saldo comercial	97,3	100,4	97,2	81,7	53,4	-45,1%

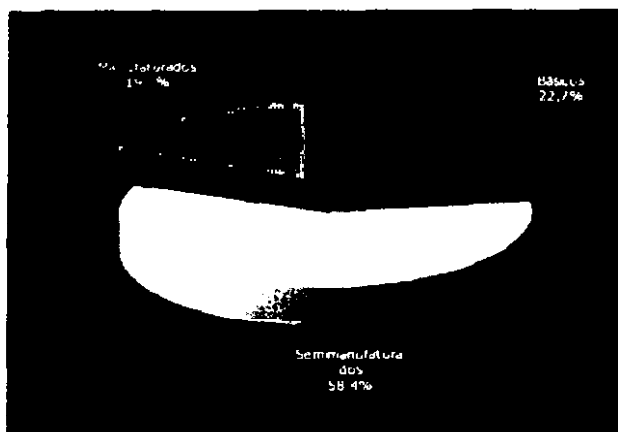
Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEQEX/AliceWeb.

O Sudão foi o 120º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,01% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o Sudão decresceu 44,7%, de US\$ 97,4 milhões para US\$ 53,9 milhões. Nesse período, as exportações apresentaram retração de 44,9% e as importações, aumentaram 446,3%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 53,4 milhões em 2013.



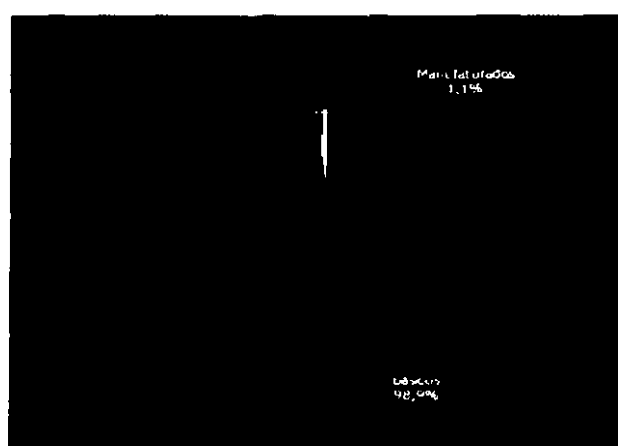
BRASIL-SUDÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO 2012⁽¹⁾

Exportações



As exportações brasileiras para o Sudão são compostas, em sua maior parte, por produtos semimanufaturados, que representaram 58,4% das vendas em 2012, com destaque para o açúcar. Seguiram-se os produtos básicos, com 22,7%, com destaque para cereais, e os manufaturados, com 19%.

Importações



Nas importações, os produtos básicos predominaram, com 98,9% do total em 2012, com destaque para a importação de plantas e partes para perfumaria, medicina e semelhantes.

Elaborado pelo PNZ, OPN, CNA. Os dados foram coletados a partir das informações disponibilizadas pelo PNZ, SIEL.

(1) Última posição disponível em 22/01/2014

BRASIL-SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013		Exportações brasileiras para o Sudão, 2013
			Valor	Part. % no total	
Açúcar	55,8	49,2	33,7	62,9%	
Máquinas mecânicas	19,0	8,0	5,9	11,0%	
Carnes	4,3	5,1	4,6	8,5%	
Automóveis	3,1	3,0	3,0	5,6%	
Farmacêuticos	0,3	0,4	2,5	4,6%	
Ouro e pedras preciosas	1,8	1,4	1,4	2,5%	
Leite/ovos/mel	0,2	1,9	1,2	2,2%	
Subtotal	84,5	69,0	52,3	97,4%	
Outros produtos	12,7	12,8	1,4	2,6%	
Total	97,2	81,8	53,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE, DPR, DIC. Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC, SECEX, Akreweb

Açúcar (outros açúcares de cana e açúcar refinado) foi o principal produto brasileiro exportado para o Sudão. Em 2012, representou 62,9% do total das vendas. Seguiram-se: Máquinas mecânicas (máquinas e aparelhos para colheita, arados e charruas) com 11%; carnes (carnes de frango e suínas) com 8,5%; automóveis (5,6%); e produtos farmacêuticos (vacinas para medicina humana, em doses) com 4,6%.

BRASIL-SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013		Importações brasileiras originárias do Sudão, 2013
			Valor	Part. % no total	
Plantas industriais/medicina	44,4	114,5	101,4	41,3%	
Instrumentos de precisão	0,0	0,0	78,9	32,1%	
Máquinas elétricas	0,0	0,0	32,1	13,1%	
Gomas vegetais	17,6	9,2	29,9	12,2%	
Subtotal	62,0	123,7	242,4	98,6%	
Outros produtos	1,4	1,4	3,4	1,4%	
Total	63,4	125,1	245,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE, DPR, DIC. Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC, SECEX, Akreweb

O grupo de produtos constituído por grãos, especificamente o produto "Outras plantas e partes, para perfumaria, medicina e semelhantes" foi o principal item importado do Sudão para o Brasil. Em 2012, representou 41,3% da pauta, seguido de instrumentos médicos e de precisão (outros instrumentos, aparelhos e máquinas de medida/controla) com 32,1%; máquinas elétricas (Outras máquinas e aparelhos elétricos com função própria) com 13,1%; e gomas vegetais (12,2%).

Empresas brasileiras no Sudão		
GRUPO PINESSO/ TIROLEZ	Agrícola	Os grupos, em parceria com a Autoridade Árabe para o Investimento Agrícola (AAAID), desenvolve projeto voltado ao cultivo de algodão, milho e soja no estado do Nilo Azul, no leste do Sudão. De acordo com as empresas, o Sudão oferece condições promissoras para investimentos na área agrícola, em função da ampla disponibilidade de terras férteis e planas, adequadas, portanto, ao uso de maquinário para a produção em larga escala. O projeto-piloto decuplicou a produtividade local de algodão. Frente ao êxito do projeto, o Ministério da Agricultura convidou os grupos a estenderem o projeto em escala nacional. Atualmente, a área plantada no âmbito do projeto já chega a 70 mil hectares.
IRRIGER	Infraestrutura Agrícola	A empresa realizou a substituição de bombas a diesel por bombas elétricas ao longo de 1.100 km do rio Nilo, reduzindo de forma significativa o custo de manutenção dos sistemas de irrigação no Sudão.
AQUAVAP	Piscicultura	A empresa vem mantendo negociações com o Governo sudanês, com o objetivo viabilizar o estabelecimento de cadeia integrada de criação de tilápias, envolvendo o melhoramento genético de peixes, a produção local de insumos e a criação de centro de pesquisa e desenvolvimento. O financiamento do projeto se dá com recursos do Governo sudanês e da empresa. A Aquavap é responsável por pesquisa em seu setor e detentora de

		1% do mercado nacional de tilápias. A empresa pretende usar o Sudão como projeto-piloto para a expansão de suas atividades no exterior.
DEDINI	Sucroalcooleiro	Em 2009, a empresa brasileira concluiu a construção, com equipamentos e maquinário fabricados no Brasil, da primeira usina de etanol no Sudão, localizada a 250 Km de Cartum. O empreendimento pertence à Kenana Sugar Company, empresa que tem como acionistas os Governos do Sudão, Kuaite e Arábia Saudita. O investimento realizado na compra de equipamentos e máquinas foi de 15 milhões de euros. Como resultado do investimento, o Sudão exportou, em 2009, 5 milhões de litros de etanol para o mercado europeu. Em 2010, as exportações já haviam-se elevado para 100 milhões de litros.
PETRA ENERGIA	Petróleo e gás	A empresa brasileira, em parceria com a SUDAPET, obteve, em 2012, concessão de exploração de petróleo de quatro lotes (8, 11, C e 18) "onshore" no Sudão.

Empresas sudanesas no Brasil		
CTC	Comércio Exterior (maquinário agrícola)	Tem escritório no Brasil, em São Bernardo do Campo.

Aviso nº 57 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

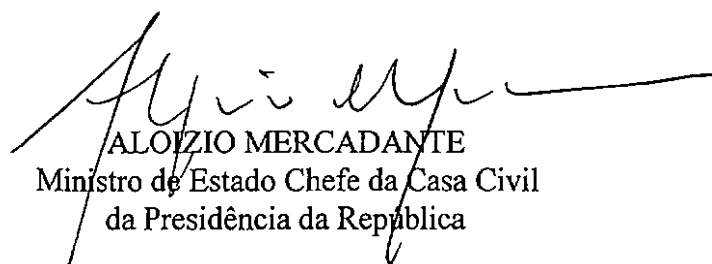
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 6/3/2014.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 10626/2014